

A normalização do golpe: o esvaziamento da política na cobertura jornalística do "impeachment" de Dilma Rousseff

The normalization of the coup: the emptying of politics in the journalistic coverage of Dilma Rousseff's "impeachment"

Edição v. 37
número 2 / 2018

Contracampo e-ISSN 2238-2577
Niterói (RJ), 37 (2)
ago/2018-nov/2018

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como espaço de circulação da pesquisa e do pensamento acadêmico.

KELLY PRUDENCIO

Doutora em Sociologia Política pela UFSC. Professora do Departamento de Comunicação da UFPR, Curitiba, Paraná, Brasil. Coordenadora do COMPA, Grupo de Pesquisa em Comunicação e Participação Política. E-mail: kelly.prudencio5@gmail.com. ORCID: 0000-0003-4064-8058.

CARLA RIZZOTTO

Doutora em Comunicação e Linguagens pela UTP-PR. Professora do Departamento de Comunicação da UFPR, Curitiba, Paraná, Brasil. Pesquisadora do COMPA, Grupo de Pesquisa em Comunicação e Participação Política. E-mail: carla_rizzotto@yahoo.com.br. ORCID: 0000-0002-0847-4660.

RAFAEL CARDOSO SAMPAIO

Doutor em Comunicação e Cultura pela UFBA. Professor do Departamento de Ciência Política da UFPR, Curitiba, Paraná, Brasil. Coordenador do COMPA, Grupo de Pesquisa em Comunicação e Participação Política. E-mail: cardososampaio@gmail.com. ORCID: 0000-0001-5176-173X.

AO CITAR ESTE ARTIGO, UTILIZE A SEGUINTE REFERÊNCIA:

PRUDENCIO, K.; RIZZOTTO, C.; SAMPAIO, R. C. A Normalização do Golpe: o esvaziamento da política na cobertura jornalística do "impeachment" de Dilma Rousseff. Contracampo, Niterói, v. 37, n. 02, pp. 08-36, ago. 2018/nov. 2018.

Enviado em 15 de abril de 2018 / Aceito em 16 de maio de 2018

DOI – <http://dx.doi.org/10.22409/contracampo.v37i2.1137>

Resumo

O artigo apresenta resultados de pesquisa sobre a cobertura jornalística do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, entre dezembro de 2015, quando foi aberto o processo na Câmara dos Deputados, e agosto de 2016, quando ela foi afastada definitivamente pelo Senado Federal. Foram analisadas 2.202 notícias publicadas pelos jornais O Globo, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo pela perspectiva metodológica do enquadramento multimodal, que considera através de análise de conteúdo os aspectos textuais, visuais e narrativos das notícias. Os dados permitem verificar que houve uma orientação editorial ligeiramente superior para uma posição pró-impeachment, mas isso só pode ser afirmado na junção dos três modos do enquadramento, uma vez que o texto das notícias seguiu o padrão de cobertura pragmática. Argumentamos que esse padrão acabou por normalizar o impeachment como processo legítimo, despolitizando-o e apagando os aspectos que o evidenciam como golpe parlamentar.

Palavras-chave

Golpe; Impeachment; Enquadramento multimodal; Dilma Rousseff; Jornalismo.

Abstract

The article presents the results of a research on the coverage of the impeachment process of President Dilma Rousseff between December 2015, when the process was opened in the Chamber of Deputies, and August 2016, when she was definitively dismissed by the Federal Senate. We analyzed 2,202 news articles published by the newspapers O Globo, Folha de S. Paulo and O Estado de S. Paulo for the methodological perspective of the multimodal framework, which considers by using content analysis the textual, visual and narrative aspects of the news. The data allow us to verify that there has been a slightly superior editorial orientation to a pro-impeachment position, but this can only be affirmed by joining the three modes of framing, since the news text followed the pragmatic coverage pattern. We argue that this pattern eventually normalized impeachment as a legitimate process, by depoliticizing it and by erasing the aspects that evidence it as a parliamentary Coup d'état.

Keywords

Coup d'état; Impeachment; Multimodal framework; Dilma Rousseff; Journalism

Introdução

No dia 2 de dezembro de 2015, o Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, autorizou a abertura do processo de *impeachment* contra a presidenta Dilma Rousseff. Naquele momento, a atitude foi vista como uma vingança política pela falta de apoio do Partido dos Trabalhadores em uma comissão que julgava o deputado. O processo, que inicialmente soava como apenas uma tentativa de desgaste ao governo da petista, logo ganhou corpo, especialmente quando o vice-presidente, Michel Temer, passou a assumir publicamente que aceitaria o cargo, caso o impeachment se confirmasse, e o PMDB, partido de Temer e Eduardo Cunha, deixou o governo Dilma Rousseff. O impeachment foi aprovado na Câmara dos Deputados no dia 17 de abril de 2016, com 367 votos a favor e 137 contra, quando a presidenta foi afastada, assumindo o vice, Michel Temer, como presidente interino. Finalmente, no dia 31 de agosto de 2016, o Senado aprovou o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff com 60 votos favoráveis e apenas 20 contrários. Michel Temer tomou posse, no dia seguinte, como presidente do Brasil.

O processo do impeachment, de forma geral, foi marcado por uma série de disputas políticas de ambos os lados, mas destacamos o embate direto pela narrativa. De um lado, a presidenta Dilma e aliados constantemente denunciaram o processo como um golpe parlamentar, uma vez que o suposto crime de responsabilidade cometido por Rousseff, as chamadas pedradas fiscais, já haviam sido realizadas por todos os presidentes anteriores e também se tratava de prática comum para governadores em exercício. Ou seja, na prática, uma brecha na Constituição estava sendo usada exclusivamente para tomar o poder à força, já que o PT havia vencido as últimas quatro eleições presidenciais. Do outro lado, os apoiadores do impeachment rechaçaram a ideia de golpe, uma vez que a possibilidade de o processo ser aberto estava na Constituição e as pedaladas, de fato, seriam algo proibido para o chefe do Executivo. O fato do Supremo Tribunal Federal (STF) também não acusar o golpe seria outro motivo para o impeachment ser considerado legal.

Nesse sentido, pela sua própria capacidade de espriar mensagens e reforçar certas perspectivas, a cobertura jornalística do impeachment foi vista como algo de grande relevância para seu desenlaçar e para sua conclusão. Notadamente, as empresas jornalísticas tomaram partido de modo favorável ao impeachment e também negando, de forma geral, a hipótese da realização de um golpe parlamentar, através de editoriais e colunas de opinião (GUAZINA; PRIOR; ARAÚJO, 2017; MARQUES; MONT'ALVERNE; MITOZO, 2017). É importante, ainda, notar que

o PT, historicamente, recebe uma cobertura significativamente mais negativa da imprensa que aquela recebida por candidatos/políticos de posições de centro-direita, particularmente em períodos eleitorais (ALBUQUERQUE, 2013; ALDÉ; MENDES; FIGUEIREDO, 2007; AZEVEDO, 2009; FERES JÚNIOR; SASSARA, 2016; MIGUEL, 1999).

Não obstante, este trabalho argumenta que esse viés assumido pelos grandes veículos jornalísticos profissionais pode acontecer de modo muito menos óbvio ou explícito do que aquele já denotado pela literatura, especialmente quando a análise recai sobre as notícias e matérias jornalísticas e não apenas o material opinativo. Deste modo, este trabalho defende que a cobertura jornalística do processo que ficou conhecido como impeachment da presidenta Dilma Rousseff apresentou esse acontecimento político como um fato ordinário da política nacional. Em outras palavras, o jornalismo profissional deu legitimidade ao impeachment justamente ao não ressaltar a série de problemas, contestações e narrativas alternativas. Enfim, ao não o tratar como um acontecimento político único e com grandes repercussões de diversas naturezas, ou, ainda, ao normalizá-lo, ao esvaziá-lo como um acontecimento político ordinário, o jornalismo deu uma importante contribuição para o golpe contra Dilma Rousseff.

Albæk et al. (2014, p. 77) classificam essa forma de tratar a política como uma concepção pragmática do papel do jornalismo na democracia. Segundo essa concepção, os jornalistas tendem a tratar as notícias sobre política aplicando os mesmos critérios e valores que aplicariam a qualquer outro tópico. Isso difere de uma concepção que os autores chamam de sacerdotal, que tende a colocar a política como um campo separado da *vida mundana*. Tratar as notícias pragmaticamente leva aos enquadramentos dos fatos políticos como conflito e/ou como jogo, o que já foi verificado por alguns autores (IYENGAR, 1991; PORTO, 2002). As notícias sobre a saída de Dilma da presidência seguiram esse padrão, como será demonstrado a seguir, reduzindo esse acontecimento a uma questão de queda de braço entre governo e oposição, tratando os fatos como vitória ou derrota desse ou daquele grupo.

Em segundo lugar, como sabemos, o jornalismo pode assumir papéis segundo uma dimensão imparcial ou, então, uma visão partidária de alguma disputa em questão (ALBÆK et al., 2014). A primeira valoriza o equilíbrio da cobertura enquanto a segunda julga aceitável a tomada de posição em disputas políticas. A cobertura dos três jornais brasileiros assumiu a dimensão formalmente imparcial; isso levaria a concluir que a imprensa brasileira não se posicionou politicamente, uma vez que as notícias se mostraram majoritariamente equilibradas. Alegamos que a utilização da análise do enquadramento multimodal,

que elenca uma série de minúcias e especificidades da cobertura jornalística, é capaz de desmascarar a pretensa imparcialidade do nosso jornalismo. Ou seja, de encontro ao levantado pela literatura em comunicação política, o viés contrário à presidenta Dilma está longe de ser majoritário ou muito explícito, todavia ele está presente em diversos pontos menores do texto jornalístico, como buscaremos demonstrar posteriormente.

Uma terceira dimensão que os autores levantam é a orientação das notícias para a informação ou para o entretenimento. No último caso, as notícias tratariam os acontecimentos políticos a partir do que eles chamam de privatização das notícias políticas, pela ênfase na vida privada dos políticos e pela cobertura de escândalos. No caso brasileiro em análise, a orientação foi claramente informativa, com uma ou outra nota sobre o estado dos políticos afetados, como será possível observar no enquadramento narrativo. O escândalo não foi tematizado, sendo o processo, como já afirmamos, tratado como fato ordinário da política e não um golpe com implicações importantes para a democracia.

Em suma, nosso argumento é que a cobertura jornalística normalizou o golpe ao despolitizá-lo (VIMIEIRO; MAIA, 2017; WOOD; FLINDERS, 2014), ou seja, ao deslocar a discussão dos grandes conflitos, escândalos, consequências políticas – aqui no seu sentido mais amplo – para o simples jogo político ordinário (i.e. padrão cobertura de corrida de cavalos), levando à adesão da lógica de que *não há alternativas*, diminuindo drasticamente, assim, a possibilidade do mesmo ter sido enquadrado ou discutido como um golpe parlamentar.

Análise do enquadramento multimodal da cobertura jornalística

Os estudos sobre enquadramento buscam, essencialmente, compreender aspectos da narrativa jornalística na cobertura de determinados fenômenos ou eventos, evidenciando os elementos que são ou destacados ou ocultos na cobertura. Em outras palavras, “enquadrar é selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e torná-los mais salientes em um texto” (ENTMAN, 1993, p. 52, tradução nossa), especialmente quando essas saliências promovem “uma definição de problema em específico, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento para o item descrito” (ENTMAN, 1993, p. 52, tradução nossa).

Apesar de inúmeras maneiras de ser aplicado (MATTHES; KOHRING, 2008; MENDONÇA; SIMÕES, 2012; POZOBON; SCHAEFER, 2015; VIMIEIRO; MAIA, 2011b),

no cerne desse tipo de operacionalização, reside uma preocupação em compreender o modo como discursos estabelecem molduras de sentido, enquadrando o mundo a partir de perspectivas específicas. Busca-se pensar a maneira como o próprio conteúdo discursivo cria um contexto de sentido, convocando os interlocutores a seguir certa trilha interpretativa. (MENDONÇA; SIMÕES, 2012, p. 193).

Segundo Matthes e Kohring (2008), um dos problemas dos estudos de enquadramento está na aplicação de métodos com pouca confiabilidade ou replicabilidade, por serem aplicações muito amplas, holísticas ou baseadas em elementos culturais excessivamente amplas, estando, portanto, muito questionáveis à interpretação dos próprios pesquisadores e pouco verificáveis pelos pares. Os autores acreditam que um método mais confiável reside na verificação de variáveis e categorias menores e mais objetivas nos produtos a serem avaliados, e que posteriormente haja a preocupação com a geração da ideia de enquadramento.

Wozniak et al. (2014), por sua vez, fazem uma crítica ao fato da maior parte das análises sobre enquadramento se voltarem exclusivamente para o conteúdo textual das matérias, buscando a aplicação de categorias amplas do conceito de enquadramento. Os autores acreditam que é necessária uma análise mais minuciosa e sistemática de ao menos três modos comunicativos presentes nas matérias jornalísticas, nomeadamente a narrativa, a representação visual e as categorias do enquadramento, conforme sugerido por Entman.

A perspectiva clássica do enquadramento noticioso, restrita à análise textual, não é, em nossa visão, a mais adequada para abordar um acontecimento político multifacetado como foi o golpe parlamentar de 2016. Uma análise prévia do corpus parcial¹ dessa pesquisa mostrou ser mais eficiente uma abordagem que leve em consideração também os elementos visual e narrativo, por permitir uma maior aproximação entre o pesquisador e a experiência geral dos leitores dos jornais impressos (RIZZOTTO; PRUDENCIO; SAMPAIO, 2017). O cruzamento da análise das imagens e da análise da narrativa daquelas notícias que traziam Dilma Rousseff como principal personagem do acontecimento, seja no papel de vítima, de vilã ou de heroína, mostrou a existência de um conflito de enquadramento de papéis em

¹ Esta análise prévia foi realizada em um corpus composto por 318 notícias, sendo 187 do jornal O Globo e 131 da Folha de S. Paulo, publicadas em dezembro de 2015, quando foi instaurado o processo de impeachment, e em maio de 2016, quando Dilma Rousseff foi afastada provisoriamente da presidência após primeira votação no senado.

33% das notícias². Assim, não raras vezes ela foi apresentada de uma maneira pela construção narrativa e de outra pela imagem (RIZZOTTO; PRUDENCIO, 2017). É com base nesse conflito que, muitas vezes, o receptor constrói sua interpretação da notícia, e é por essa razão que defendemos a análise de enquadramento multimodal enquanto metodologia mais adequada para a análise da cobertura noticiosa desse momento crítico da política nacional. Dessa forma, nossa análise³, inspirada em Wozniak et al. (2014), é sistematizada na Figura 1 abaixo:

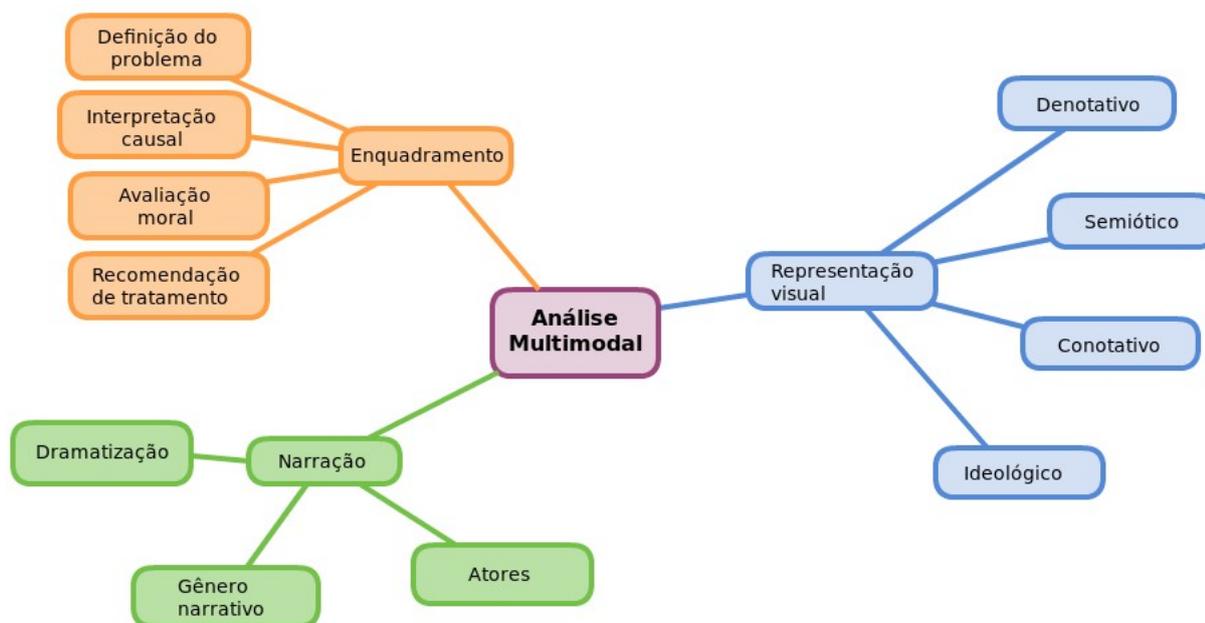


Figura 1: Análise Multimodal

Fonte: COMPA (2016)

A referida análise multimodal, baseada na análise de conteúdo manual (KRIPPENDORFF, 2004), foi aplicada a um corpus de 2.202 notícias publicadas pelos jornais O Globo, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, entre 2 de dezembro de 2015 e 31 de agosto de 2016⁴. Do corpus total foram analisadas somente as fotografias, sendo excluídos da análise infográficos, ilustrações e outros, resultando, portanto, em 1.820 imagens analisadas. As notícias foram codificadas pelos integrantes do Grupo de Pesquisa Comunicação e Participação Política (COMPA) da Universidade Federal do Paraná, que passaram por um extenso

² Foram analisadas aqui 60 notícias do corpus parcial que associavam a Dilma Rousseff algum papel na narrativa e que, ao mesmo tempo, a representavam na imagem.

³ Para uma discussão mais aprofundada acerca da metodologia adotada, ver (RIZZOTTO, PRUDENCIO, SAMPAIO, 2017).

⁴ As notícias foram selecionadas inicialmente por um filtro automático que buscou a palavra-chave *impeachment* nos cadernos de política dos 3 jornais. Posteriormente, passaram por um filtro manual que retirou do corpus artigos de opinião, entrevistas ou notícias que não continham imagens.

treinamento seguido por testes de confiabilidade⁵ para aumentar a confiabilidade e, em alguma medida, a validade dos dados⁶. A seguir serão apresentados os dados mais relevantes para a discussão proposta neste artigo. Conforme será possível perceber, em alguns momentos é significativa a comparação entre os três veículos, em outros é mais importante a comparação longitudinal entre dois momentos do processo – previamente e posteriormente ao afastamento provisório da presidenta.

O primeiro dado importante que a comparação longitudinal nos permite perceber é que a frequência das publicações cai consideravelmente a partir da entrada de Michel Temer no cargo de presidente como interino (Gráfico 1). Nos 165 dias que antecederam a votação no senado que afastou Dilma temporariamente foi publicada uma média de 9,17 notícias diárias; nos 108 dias de cobertura após seu afastamento foram publicadas cerca de 6,37 notícias por dia. A frequência de cobertura oferece indícios para concluir que, com Dilma já fora da presidência, o impeachment deixa de ser pauta frequente, uma vez que existiriam, seguindo essa tese, baixas chances de reverter a situação, conforme demonstrado no Gráfico 1.

⁵ Componente enquadrado, 0,681 Krippendorff; Pessoa representada na imagem, 0,703 Krippendorff; Atividade realizada, 0,666 Krippendorff; Ângulo da câmera, 0,683 Krippendorff; Plano da imagem, 0,669 Krippendorff; Dramatização, 0,69 Krippendorff; Emoção, 0,703 Krippendorff; Personalização, 0,689 Krippendorff; Ornamentação Estilística 0,705 Krippendorff; Problema – atores, 0,67 Kappa Livre, 71% concordância; Problema – subtópicos 0,55 Kappa Livre, 62% concordância; Causas – 0,55 Kappa Livre, 62% concordância; Julgamento moral, 0,59 Kappa Livre, 67% concordância; Recomendação de tratamento, 0,73 Kappa Livre, 80% concordância. Optamos por utilizar o índice Kappa livre nas categorias de aparições mais raras uma vez que o Krippendorff's alpha é bastante sensível à discordância nesses casos, que são frequentes principalmente na análise narrativa e de enquadramento. Para mais sobre o teste de confiabilidade, ver Krippendorff (2004).

⁶ O banco de dados está disponível no repositório de bases de dados científicos da UFPR, no link <https://bdc.c3sl.ufpr.br/handle/123456789/26>.

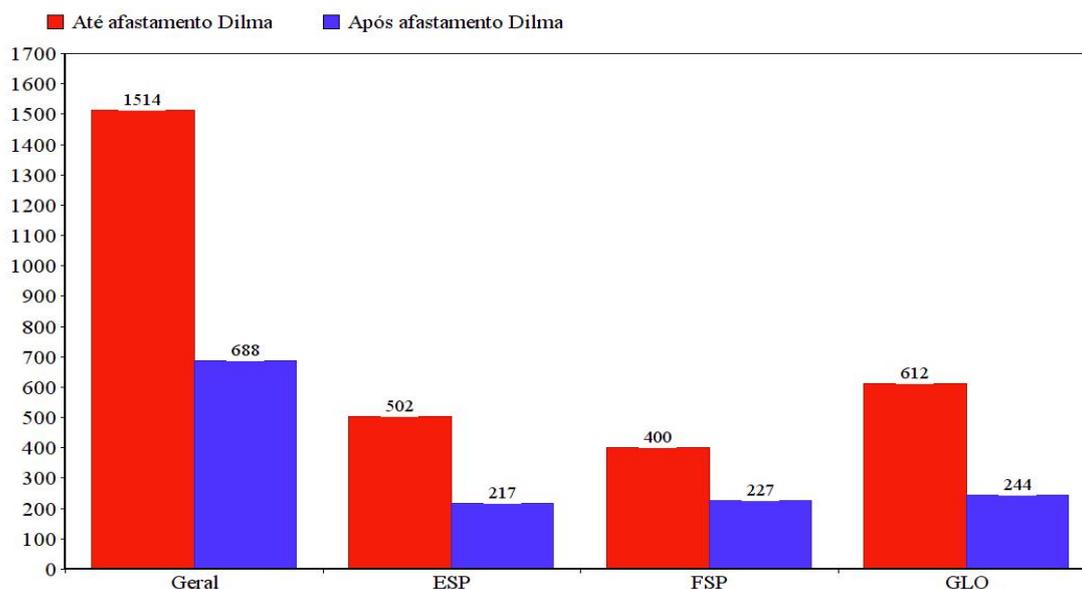


Gráfico 1: Frequência longitudinal

Fonte: COMPA

Com a situação praticamente consolidada, percebe-se também uma tentativa dos jornais de legitimar Michel Temer enquanto presidente, o que pode ser verificado a partir do aumento da atribuição a ele do papel de herói em relação ao período anterior à sua posse como interino. A evolução longitudinal dos papéis presentes na narrativa será discutida mais adiante.

O grau de narratividade, que considera a *dramatização*, a *emoção*, a *personalização* e a *ornamentação estilística*, apresenta diferenças importantes entre os três veículos, conforme Gráfico 2:

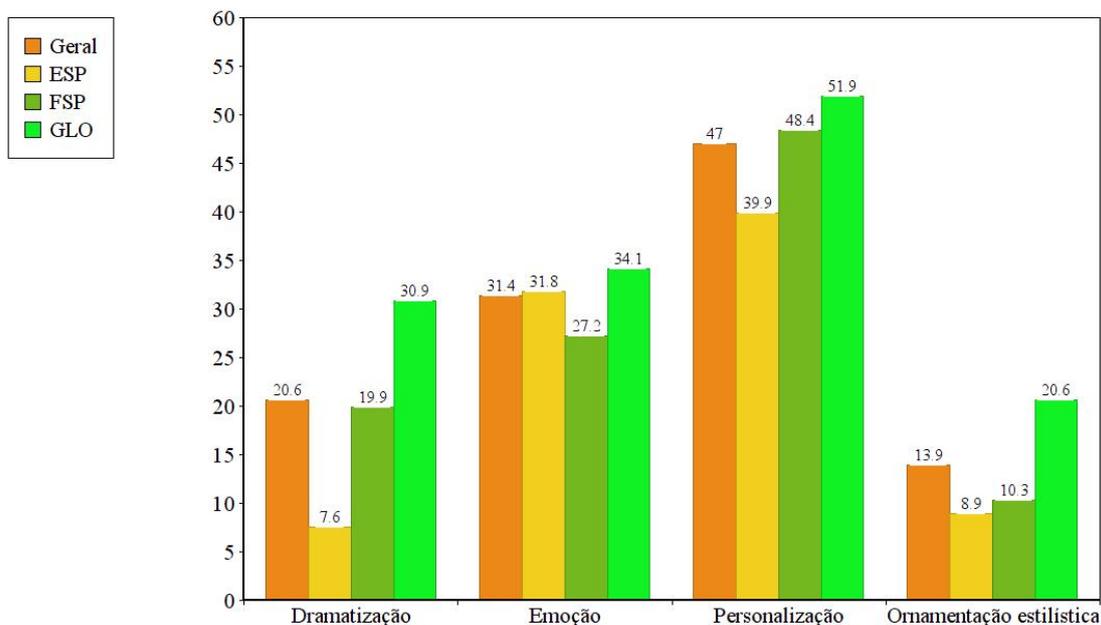


Gráfico 2: Grau de narratividade

Fonte: COMPA

A dramatização aparece em 20,6% das notícias analisadas, a emoção em 31,4% e a ornamentação estilística em 13,9%. Considerando, todavia, as características do jornalismo brasileiro, de influência norte-americana, com forte presença do ideal de objetividade, marcado pelas técnicas do *lead*, pirâmide invertida e *copydesk*, bem como pelo ensino técnico que delineou sua profissionalização (TRAQUINA, 2004; RIBEIRO, 2000), esse número parece bastante expressivo. Na mesma direção, a personalização presente em 47% das notícias diz muito a respeito do afastamento do jornalismo brasileiro contemporâneo daquele baseado em fatos que marcou a segunda metade do século XX; quase metade das notícias é focada em personagens, em suas ações e em suas declarações. Segundo Ribeiro (2000), as técnicas adotadas nas redações e as ideias de objetividade e de neutralidade marcaram o campo jornalístico com a recusa de vínculos com a literatura e com a política, criando as condições para sua consolidação a partir da década de 1960. Os resultados aqui apresentados, contudo, indicam a utilização de estratégias de linguagem com a finalidade de *fazer crer* e *fazer sentir*, para além do *fazer saber* que caracteriza a *visada de informação*, conforme explicado por Charaudeau (2007). Completa o autor:

No discurso da informação, entretanto, não se trata da verdade em si, mas da verdade ligada à maneira de reportar os fatos: não é bem das condições de emergência da verdade que se trata, mas sim das condições de veracidade. À instância midiática cabe autenticar os fatos, descrevê-los de maneira verossímil, sugerir as causas e justificar as explicações dadas (CHARAUDEAU, 2007, p. 88).

A notícia publicada pelo jornal O Globo em 12 de junho de 2016, intitulada “Tudo pelo impeachment” (Figura 2), totalmente centrada na atuação de Michel Temer após o primeiro mês de governo interino, apresenta os quatro elementos de narratividade citados, e representa as alterações no fazer jornalístico a que nos referimos.

UM MÊS DEPOIS

Tudo pelo impeachment

Temer assume recuos e cede a pressões de aliados para tentar se manter no poder

SIMONE IGLESIAS E CATERINA ALENCASTRO
@simoneiglesias

anúncios. Há exatos um mês no comando interino do país, Michel Temer confidencia a aliados na esperança de que ele se passarão anos. Nos primeiros dias, governando sob intensa pressão, demitiu dois ministros, enfrentou grupos com diálogo pouco reparador e acabou sendo a cabeça de uma partida, o PMDB, denunciando promessas e enfrentando protestos que chegaram à porta de sua casa, em São Paulo. Nosso 30 dias, o presidente tenta buscar administrar cobranças e, na maioria das vezes, teve que ceder pela percepção de que não quer que seu governo seja um governo de fato, mas interino. É, ironicamente, apesar da pressão, a decisão de Temer é seguir mesmo assim. Até mesmo até agora, quando ocorreu no Senado o julgamento final do impeachment da presidente afastada Dilma Rousseff, Temer decidiu entrar no jogo do Congresso e exigir maiores apoios, consolidando as alianças necessárias para garantir sua permanência definitiva.

Com o tempo, aliás no Senado — 32 votos contabilizados por sua equipe a favor do impeachment de Dilma, apenas cinco a mais que os 27 necessários —, o presidente interino tem se desdobrado em direção aos senadores, de quem tem o visto contínuo de pedidos. Quase todas as demandas, com ou sem caráter presidencial, se resumem a cargos. Em sua primeira, recebeu em audiência oficial ao menos dos senadores. Mesmo se tratando da segunda vez ao Congresso desde que assumiu a Presidência, agora para entregar o projeto que endurece leis para os gastos públicos. Um grupo de apoio notável e de cordialidade com deputados e senadores que na gestão Dilma reclamaram da falta de atenção da presidente.

O governo acolheu ter a situação sob controle e politicamente não que seja agitado com vista à votação do impeachment. O ministro Geddel Vieira Lima (Democrata de Governo) nega que Temer esteja sendo chantageado por senadores por conta da manutenção do voto contra Dilma e garante o mesmo voto contrário no dia da votação.

— Não tenho preocupação com isso — afirma Geddel.

No entanto, desde que voltou ao Senado depois de efetuar passagem pelo Ministério do Planejamento, Romero Jucá (PMDB-RR) tem se dedicado prioritariamente à tarefa de garantir nos votos que conferem a possibilidade de Dilma voltar ao Planalto. A propósito, a saída de Jucá do governo foi considerada pelo presidente interino a situação politicamente mais difícil que enfrentou até agora. Ele garantiu de mantê-lo pela habilidade que o parlamentar possui para o cargo. No entanto, Temer percebeu logo nos primeiros dias após a revolução das gestões das conversas entre Jucá e Sérgio Marchetti que seria impossível suportar a pressão da opinião pública. Ao fim, Temer trabalhou para minimizar os danos e mantê-lo como um importante aliado.

Acima inclusive das questões políticas, o fato que mais tirou Temer do sério neste período foram os protestos em frente à sua casa que deixaram a mulher, Marcela, e seu filho caçula, Michelzinho, em situação de risco.

— Ele recebeu da cobrança. De fato, foi uma atmosfera mais pesada no Palácio do Planalto, mas não ficamos dando graças a Deus a cada dia que passamos sem se estabelecerem mais leis pela substância — diz um assessor.

Um assessor próximo de Temer admitiu que os acontecimentos relacionados à Lava Jato o obrigaram a adotar um comportamento estranho, com o pé no freio, o olho na Legislativo e aberto aos movimentos do Judiciário. Além dos fatos que atingiram dois de seus ministros, Jucá e Fabiano Silvestre (Transportes e Combustíveis do Congresso), também por esta questão, o afastamento do presidente da Câmara Eduardo Cunha gerou uma situação de fragilidade no comando da Casa, por onde precisam passar as matérias econômicas.

Pela situação difícil em que vive o Collor, como o presidente afastado o interino, Vladimir Maziarro (PP-MG), sem muitos aliados no Congresso, o Planalto viveu uma segunda crise de base aliada. Rodrigo Rêgo Lourenço, assessor especial de Temer, diz que Temer acredita que o Congresso deve ser o protagonista da ação governamental.

Grupos mais duros. Temer afirmou: Jucá do Ministério agora ganhou politicamente, a decisão mais difícil que tomei até agora

“Bapo”. Controla império André Moura líder do governo

Ribeira. Protestos em frente à casa de Temer, em São Paulo, e tiraram do sério

DEM, PSB e PPS e a opinião pública para evitar uma crise. Apesar de ter colocado Moura na liderança do partido do centro, o presidente interino continua sendo alvo de pressões do grupo por mais cargos. Na semana passada, a favor pelo comando de alguns políticos que se guardam a votação em segundo turno da DEM.

A decisão foi tomada antes de chegar ao plenário pela promessa de Temer de que o assunto seria resolvido. O presidente explicou que seu governo é interino, mas que a partir de agora, se o Senado eleger governante interino o presidente Dilma, as acusações serão aceleradas.

Se por um lado a interinidade causa incômodo aos novos aliados do Planalto, que esperam para assumir o calendário da Comissão do Impeachment no Senado, por outro, serve contra uma base disciplinada para Temer negociar com mais cuidado os aspectos de trabalho no governo. Apesar de ter se apresentado antes mesmo da confirmação do afastamento de Dilma como preparado para a função, Temer e sua equipe não contaram com os argumentos desdobrados de Lula e os esforços de que não são abertos desde que assumiu o poder.

— Ele recebeu da cobrança. De fato, foi uma atmosfera mais pesada no Palácio do Planalto, mas não ficamos dando graças a Deus a cada dia que passamos sem se estabelecerem mais leis pela substância — diz um assessor.

Um assessor próximo de Temer admitiu que os acontecimentos relacionados à Lava Jato o obrigaram a adotar um comportamento estranho, com o pé no freio, o olho na Legislativo e aberto aos movimentos do Judiciário. Além dos fatos que atingiram dois de seus ministros, Jucá e Fabiano Silvestre (Transportes e Combustíveis do Congresso), também por esta questão, o afastamento do presidente da Câmara Eduardo Cunha gerou uma situação de fragilidade no comando da Casa, por onde precisam passar as matérias econômicas.

Pela situação difícil em que vive o Collor, como o presidente afastado o interino, Vladimir Maziarro (PP-MG), sem muitos aliados no Congresso, o Planalto viveu uma segunda crise de base aliada. Rodrigo Rêgo Lourenço, assessor especial de Temer, diz que Temer acredita que o Congresso deve ser o protagonista da ação governamental.

na sua
colocação
Os detalhes de Michel Temer no governo

Figura 2: Tudo pelo impeachment

Fonte: O Globo, 12 de junho de 2016 (IGLESIAS; ALENCASTRO, 2016)

O seguinte trecho merece destaque:

Acima inclusive das questões políticas, o fato que mais tirou Temer do sério neste período foram os protestos em frente à sua casa que deixaram a mulher, Marcela, e seu filho caçula, Michelzinho,

receosos de uma invasão. No dia em que anunciou suas primeiras medidas econômicas, Temer fugiu ao seu tom discreto habitual, bateu com a mão na mesa e disse que quando Secretário de Segurança de São Paulo, “tratava com bandidos”, em recado aos manifestantes (IGLESIAS; ALENCASTRO, 2016)

Expressões estilísticas como “tirou Temer do sério” e “Temer fugiu ao seu tom discreto habitual” ajudam a construir uma narrativa na qual Michel Temer é vítima do jogo político institucional, situando-o entre as *pressões de aliados* e as agressões da oposição, materializadas nas ações dos manifestantes que protestaram em frente à sua casa e na atuação de Dilma quando na presidência, a respeito da qual “deputados e senadores [...] reclamavam da falta de atenção” (IGLESIAS; ALENCASTRO, 2016). Os manifestantes e Dilma Rousseff são, assim, os verdadeiros *vilões* na construção narrativa dessa notícia. A principal imagem que ilustra a matéria também corrobora com esse sentido: Temer parece pensativo e receoso em ouvir o que Romero Jucá tem a dizer, numa condição de sujeito passivo que é vítima das circunstâncias. Ressalta-se também que a notícia em questão é totalmente baseada no chamado jornalismo declaratório, citando, entretanto, apenas duas fontes identificadas – Geddel e o próprio Temer – e abusando das fontes em off – “um auxiliar”, “um assessor próximo de Temer”.

Quanto aos papéis atribuídos aos personagens do processo, eles aparecem em um baixo número de notícias – 13% apresentam uma vítima, 15,6% um vilão ou vilã e 8,6% um herói ou heroína. Quando aparecem, são distribuídos da seguinte forma entre os sujeitos mais recorrentes nas notícias sobre o processo – Dilma, Lula, Cunha e Temer (Gráfico 3):

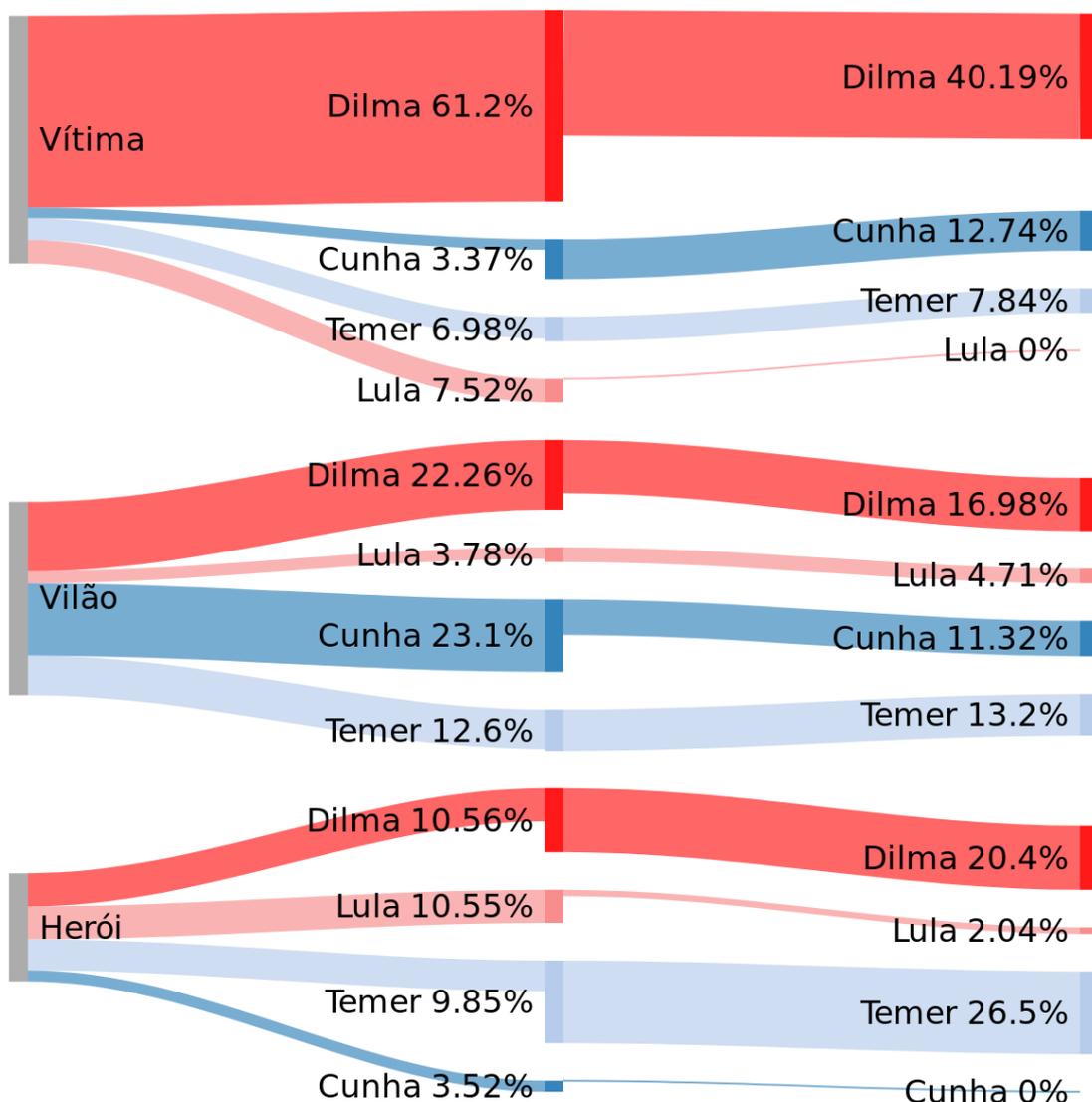


Gráfico 3: Evolução papéis longitudinalmente

Fonte: COMPA

No período anterior ao afastamento provisório, Dilma Rousseff aparece como a vítima mais frequente (61,2%), seguida por Lula (7,5%), Temer (6,9%) e Cunha (3,3%); após o afastamento, Cunha e Temer aumentam a frequência com que assumem o papel de vítima (12,7% e 7,8% respectivamente), enquanto Dilma perde incidência nesse papel (40,1%) e Lula desaparece. No papel de vilã, Dilma passa de 22,2% antes do seu afastamento para 16,9% após; Lula de 3,7% para 4,7%; Cunha de 23,1% para 11,3%; e Temer de 12,6% para 13,2%. Dilma apareceu mais vezes como heroína após o seu afastamento (10,5% contra 20,4%), Lula foi herói mais vezes antes do afastamento (10,5% contra 2%), Temer após o

afastamento (9,8% contra 26,5%) e Cunha só apareceu como herói antes do afastamento (3,5%).

Associada com a análise de enquadramento noticioso que será exposta a seguir, esses números direcionam para uma construção do processo de impeachment no qual Dilma foi sobretudo vítima, ora do jogo político e da chantagem de Cunha ao instaurar o processo, ora de sua própria incompetência; algumas vezes vilã, seja por sua forma de atuação *dura* (e nesse caso ressalta-se a visão machista que caracteriza como dura a seriedade de uma mulher, mas não a de um homem com o mesmo comportamento), ou por sua inabilidade política que foi responsável pela crise brasileira; e heroína quando defendeu Lula na ocasião de sua condução coercitiva e de sua nomeação para o Ministério da Casa Civil, quando defendeu a si própria, especialmente no dia 29 de agosto quando participou de sessão no senado que durou mais de 10 horas, ou quando recebeu homenagens de centenas de mulheres que se reuniram no Palácio do Planalto em 19 de abril de 2016 para apoiar seu governo.

Por outro lado, mesmo quando apoiadores do impeachment eram retratados como vilões, estes eram apresentados como vilões inteligentes, que sabiam devidamente mover o jogo de xadrez por trás da votação do impeachment ou mesmo, no caso de Cunha, de manipular as regras do Parlamento em favor de sua agenda.

A análise de enquadramento noticioso foi realizada a partir de 5 variáveis – atores, definição do problema, causas do problema, julgamento moral e recomendação de tratamento (ENTMAN, 1993; VIMIEIRO; MAIA, 2011a). O Gráfico 4 mostra quem foram os atores que figuraram nas notícias antes e depois do afastamento provisório de Dilma:

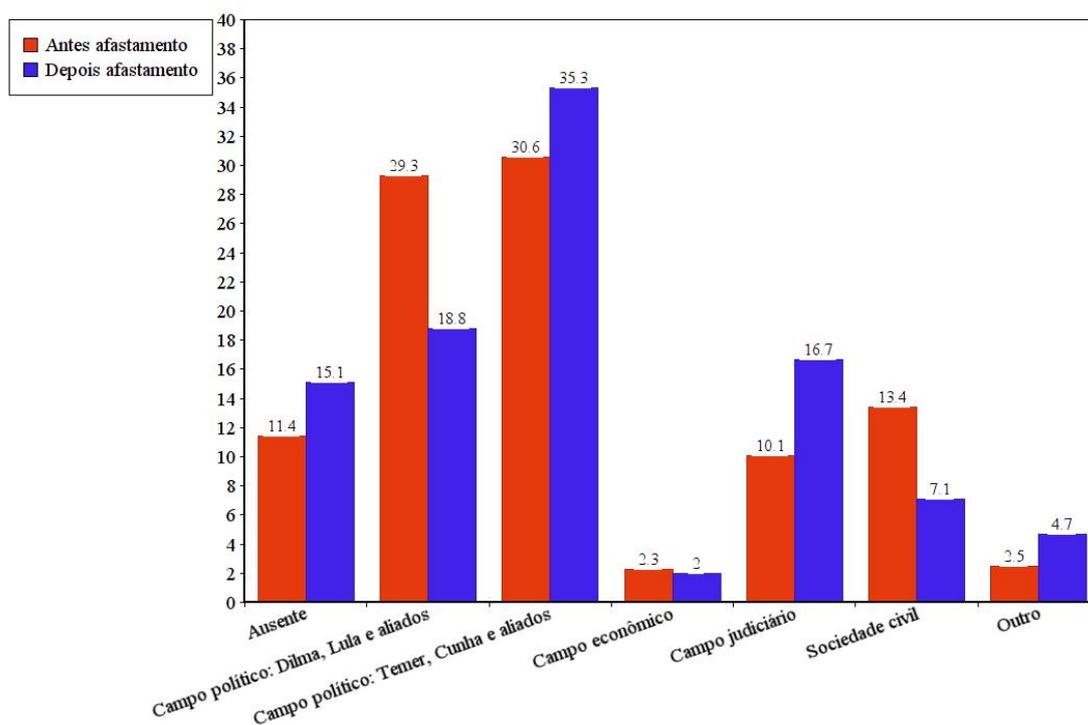


Gráfico 4: Atores

Fonte: COMPA

Antes do afastamento, a prevalência é de políticos pró-impeachment (30,6%), seguidos de perto por Dilma e aliados (29,3%). Em seguida aparece a sociedade civil (13,4%), o campo judiciário (10,1%) e o campo econômico (2,3%). Não surpreende o fato que os dois campos políticos contrários sejam os personagens mais recorrentes já que, conforme mostra também a variável que determina a definição do problema, o processo de impeachment foi retratado sobretudo enquanto uma briga política, marcando um viés de esvaziamento da política. A sociedade civil aparece nas notícias que tratam das manifestações, tanto favoráveis quanto contrárias ao golpe, e, nesses casos, é geralmente personificada como *heroína*. O judiciário aparece mais frequentemente quando se trata de discussões acerca da legalidade do processo. O campo econômico raramente aparece, indicando que os jornais pouco discutiram a questão fundamental que originou a denúncia contra Rousseff, as chamadas *pedaladas fiscais*.

Após o afastamento, Temer e aliados passam a ter uma presença consideravelmente superior (35,3%) a de Dilma e aliados (que cai para 18,8%); com Dilma fora de cena, são as ações e declarações do grupo de Temer e do campo

judiciário (que sobe para 16,7% quase se equiparando com a presença de Dilma e demais políticos contrários ao impeachment) que mais recebem atenção do noticiário, sugerindo a legitimação e normalização do acontecimento. Essa presença é confirmada pelas imagens das notícias conforme o Gráfico 5, que aponta uma pequena prevalência do grupo político liderado por Temer e Cunha:

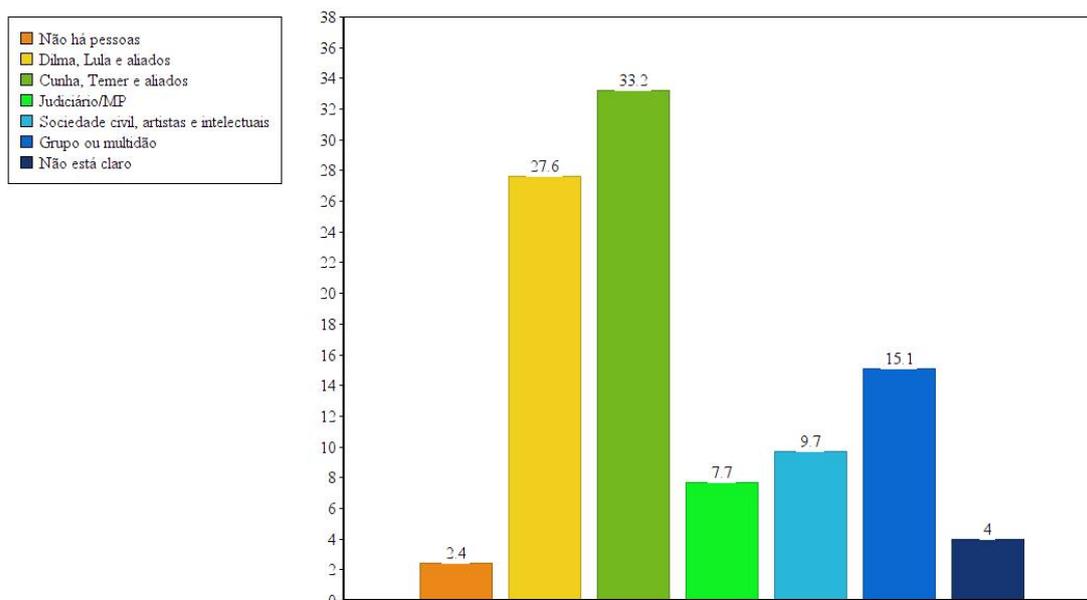


Gráfico 5: Pessoa representada na imagem

Fonte: COMPA

O problema principal das notícias está centrado no *cenário de crise* (31,8%), ou seja, notícias que não abordam diretamente o impeachment, mas apresentam elementos que podem ser utilizados para reforçar a tese do impeachment, como o cenário econômico, denúncias da lava jato e de corrupção e afins. Em seguida, aparece a *disputa política* (24%), indicando que a motivação do processo de impeachment é a disputa ou jogo político e/ou luta pelo poder. O *processo de impeachment* em si também é recorrente (21,1%): essas notícias abordam questões técnicas judiciais e, com bastante frequência, fazem a contabilização dos votos dos deputados e, posteriormente, dos senadores. O *futuro pós-impeachment* (11,2%), a *repercussão na população* (9,2%) e a *recuperação histórica* (2,4%) do cenário político aparecem com menor frequência (Gráfico 6).

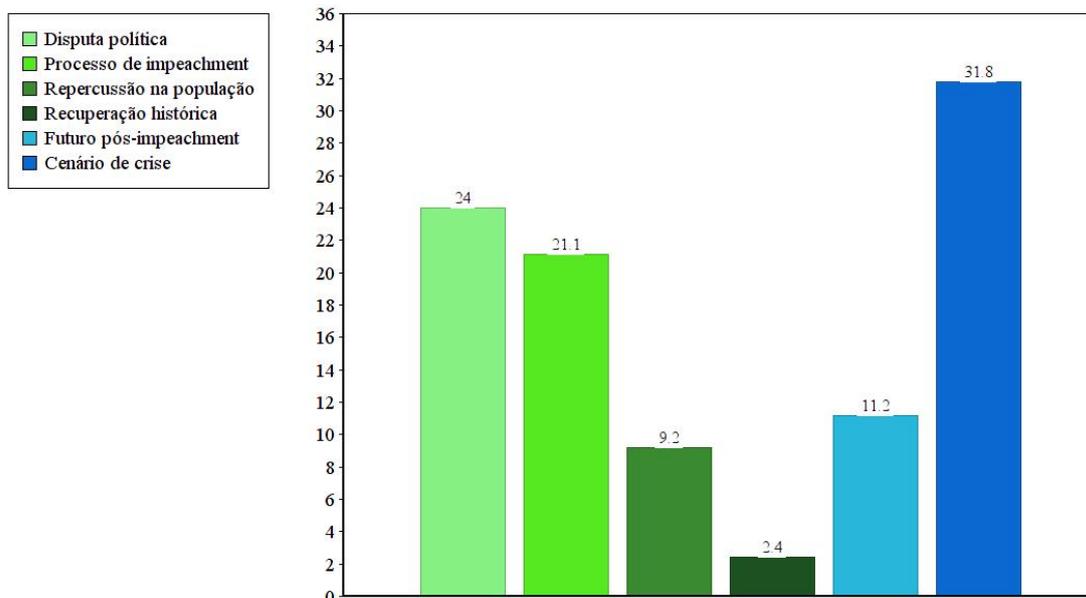


Gráfico 6: Definição do problema

Fonte: COMPA

Boa parte das notícias não apresentam causas para os problemas descritos (23,4%), de acordo com o Gráfico 7 abaixo. Quando aparecem, as causas se centram principalmente na *contenda político-ideológica* (30,8%), confirmando o que já foi afirmado anteriormente sobre o esvaziamento da política, descrita como locus institucionalizado de disputas e, portanto, afastada da população. A *corrupção* (15,4%) generalizada e a *incapacidade política do governo Dilma* (9%) são apresentadas também como causas desse cenário de crise que justifica o afastamento da presidenta eleita. A *legalidade do processo de impeachment* (13,5%) é justificativa recorrentemente associada ao problema *processo de impeachment*, definindo-o como legítimo porque constitucional.

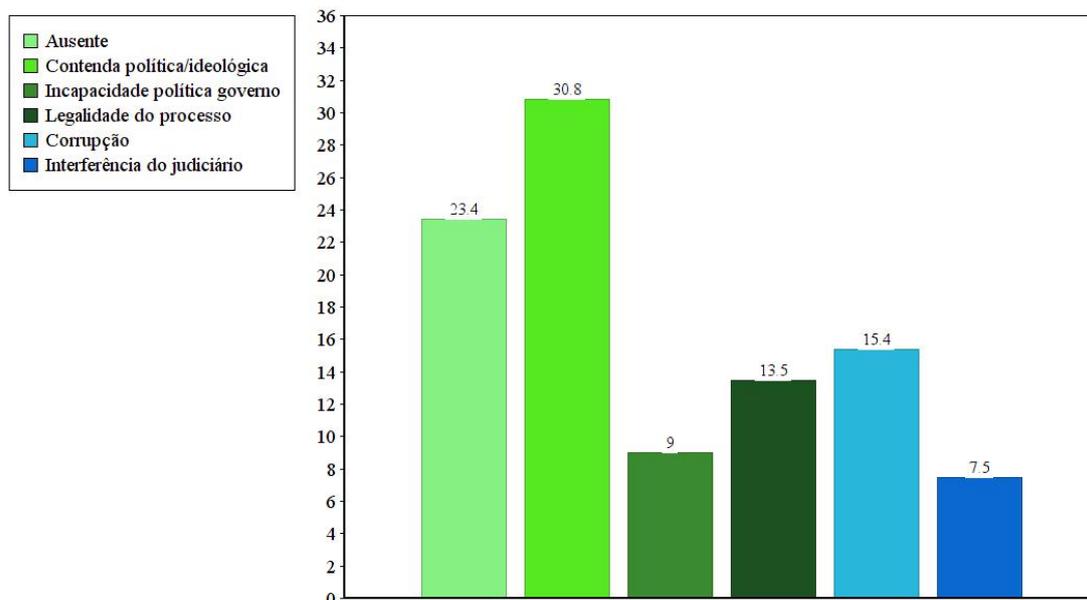


Gráfico 7: Causas do problema

Fonte: COMPA

O julgamento moral (Gráfico 8) é ausente na grande maioria das notícias (71,9%), justificado pela herança da neutralidade jornalística que impede a realização de julgamentos de forma explícita. Quando aparece, ele mais frequentemente se direciona à culpabilização de Dilma por seu próprio destino (10,7%), seguido pela crítica às brigas políticas (7,8%), aos aspectos formais do impeachment (5,2%) e aos políticos que o usaram como forma de vingança (4,1%). Esse resultado aponta para a despolitização do golpe na medida em que, ao se apresentar como neutro, o jornalismo ressalta a culpa de Dilma – ao não questionar o processo, ou as disputas que fazem da política um lugar *sujo* do qual a população deve se manter afastada.

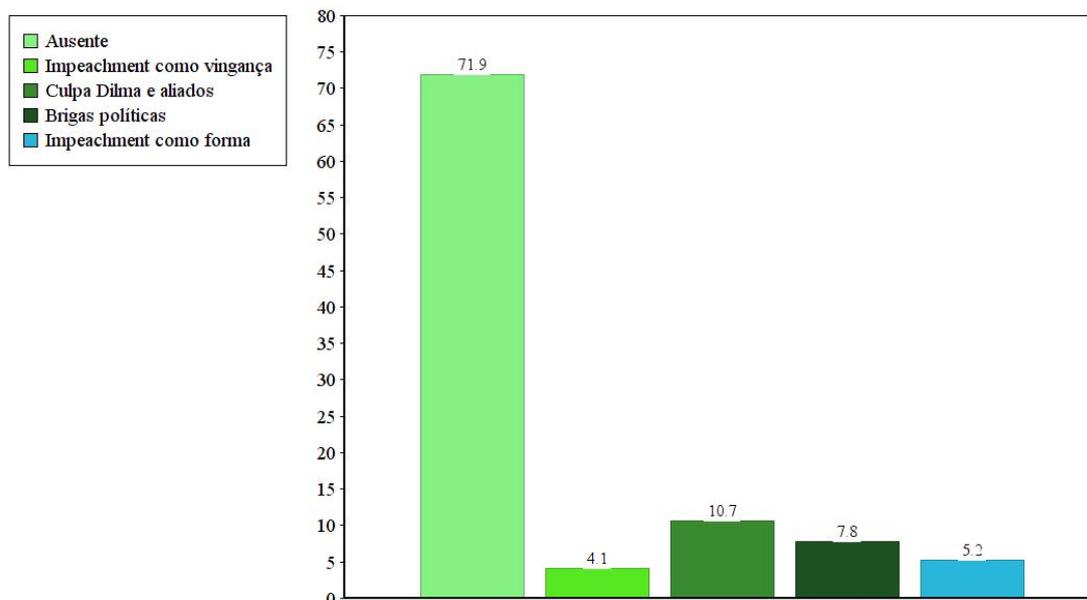


Gráfico 8: Julgamento moral

Fonte: COMPA

Por fim, a última variável acerca do enquadramento noticioso assinala a existência de recomendação de tratamento (Gráfico 9), ausente na maioria dos casos (80,6%) – o que é explicado também pela herança dos valores da neutralidade e da objetividade. Quando existente, a recomendação é pelo impeachment em 11,5% dos casos, contra o impeachment em 6,6%, e favorável à realização de novas eleições em 1% deles. Este dado é outro indicativo de que a cobertura jornalística ou optou por esvaziar as discussões políticas e consequências do impeachment ou, em menor frequência, tendeu a se posicionar mais favoravelmente ao impeachment.

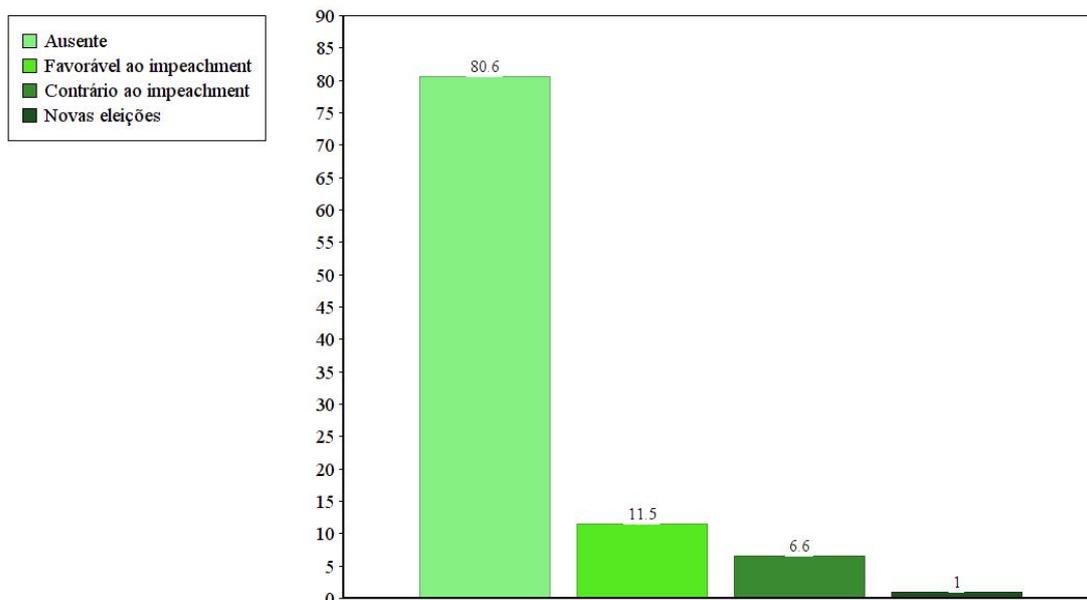


Gráfico 9: Recomendação de tratamento

Fonte: COMPA

Sobre o enquadramento visual, a predominância da variável plano médio e fechado (Gráfico 10) conflui para o resultado sobre a personalização da notícia na narrativa. As imagens retratam os personagens das notícias, sem cenário e em ambientes fechados em 65,4% do corpus. Esse dado associado às pessoas retratadas nas imagens (Gráfico 5) reforça o enquadramento do processo como disputa entre dois grupos adversários, sendo que Cunha, Temer e aliados aparecem em 27,5% das imagens enquanto Dilma, Lula e aliados em 22,8% delas. O plano aberto permite identificar o local e a situação em que o fato ocorre, mas só foi identificado em 23,5% das imagens, o que intensifica o enquadramento do acontecimento como um problema de gabinete.

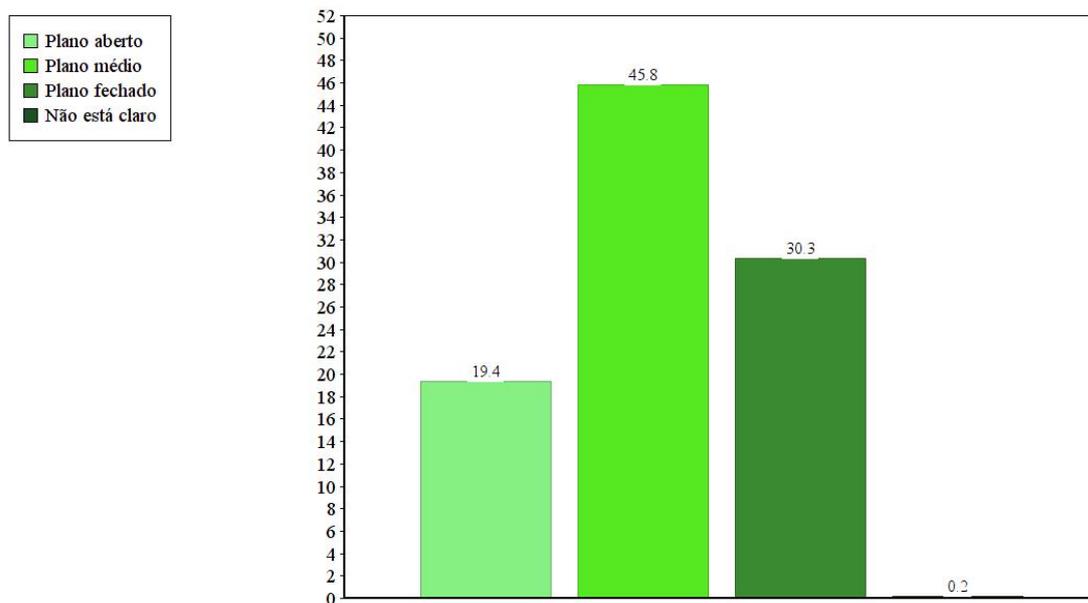


Gráfico 10: Plano da imagem

Fonte: COMPA

A variável posição da câmera indica a construção de sentido para os retratados na imagem. Câmera alta diminui a importância do retratado; câmera baixa valoriza positivamente o objeto ou pessoa na imagem; e câmera normal é protocolar. O gráfico 11 mostra que a cobertura se valeu da posição normal de imagem (78,4%), coerente com uma perspectiva pragmática e objetiva do jornalismo brasileiro.

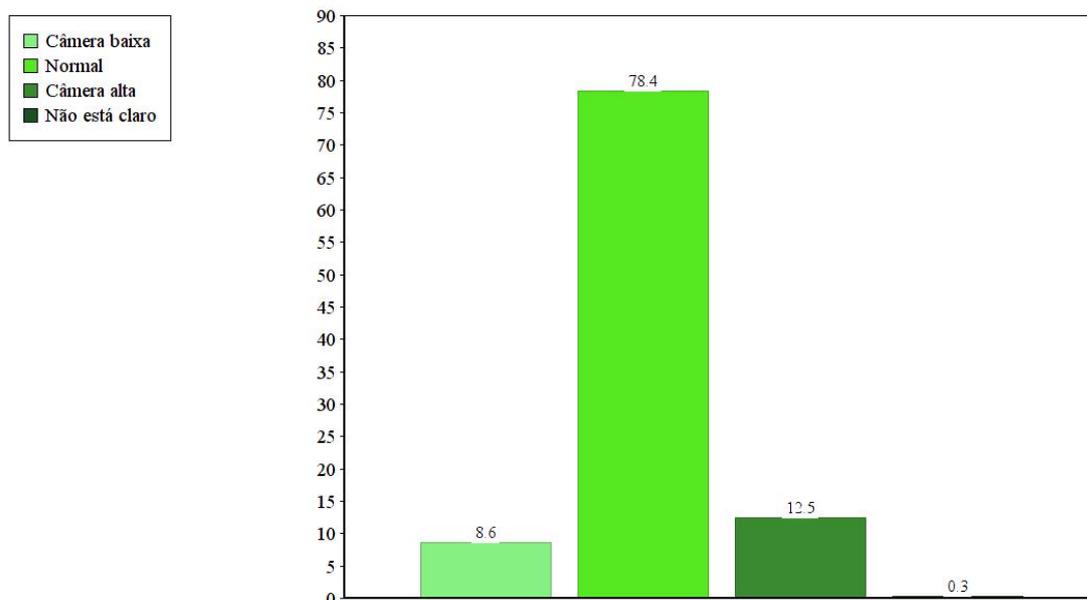


Gráfico 11: Ângulo da câmera

Fonte: COMPA

As atividades que esses políticos desenvolvem nas imagens (Gráfico 12) são basicamente nenhuma (32,3%), apresentação ou discurso (20,2%) e atividades cotidianas flagradas (15,5%). O que se verifica é uma seleção de imagens em que as pessoas estão em estado passivo, pois não há informação nas imagens que indiquem a atividade. Muito distante ficam as imagens de protesto, com apenas 8,1% do corpus. Essas imagens poderiam conferir às notícias uma indicação da presença de outros atores sociais na discussão do impeachment/golpe, na medida em que havia manifestações populares a favor e contra o que ocorria na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

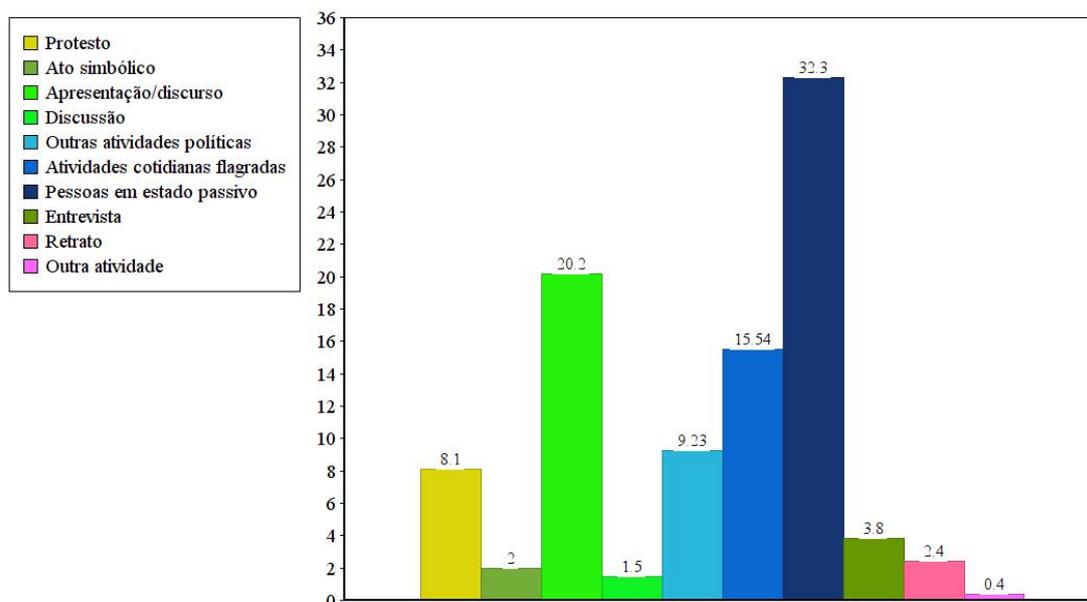


Gráfico 12: Atividade desenvolvida

Fonte: COMPA

Combinando as variáveis plano da imagem, ângulo da câmera, pessoas retratadas e atividade desenvolvida, obtemos um enquadramento visual da política como cena de interação entre dois grupos políticos, com pouca visibilidade aos outros grupos. Ângulo normal e plano médio ou fechado indicam ausência de proximidade com o observador, colocando mais uma vez uma distância entre a política e a sociedade. A Figura 3 abaixo é representativa e ilustra a briga política entre dois grupos adversários ao mesmo tempo em que apresenta esses grupos distanciados do leitor. Na cobertura do jornal O Globo, a ênfase no embate político fica clara também pela escolha da expressão *Batalha do Impeachment* como chapéu.



Testemunhas viram alvo

No 1º dia do julgamento de Dilma, defesa e acusação levantam suspeita sobre depoentes

CRISTIANE JUNGBLUT, EDUARDO BRESCIANI, ISABELE BRAGA, JÔNIA GAMA, LETÍCIA FERNANDES, MARIA LIMA E SÉRGIO IGLÉSIAS
opais@oglobo.com.br

O primeiro dia do julgamento do impeachment da presidente afastada, Dilma Rousseff, foi marcado por uma tentativa de politizar ainda mais o processo, esvaziando o debate técnico. Os dois lados apostaram em pedir a declaração de "suspeição" das testemunhas. Além do impacto jurídico de invalidar os depoimentos como prova testemunhal, a medida permite contestar o conteúdo das falas, já que elas são feitas sem juramento. A defesa de Dilma teve sucesso no caso do procurador junto ao Tribunal de Contas da União (TCU), Júlio Marcelo de Oliveira, que depois antecedeu como informante, e não como testemunha. Como reação, o DEM levantou questionamento em relação a Esther Dweck, ex-secretária de Orçamento Federal, que acaba de ser nomeada para trabalhar no gabinete da petista Gleisi Hoffmann e foi escalada para ser ouvida pela defesa de Dilma.

Júlio Marcelo foi o responsável pelas representações que levaram o TCU a condenar as práticas das "pedaladas fiscais" e dos decretos de crédito sem autorização. O advogado de Dilma, o ex-ministro José Eduardo Cardozo, pediu que ele fosse declarado impedido por sua atuação no tribunal e por ter compartilhado em redes sociais convocação para um ato pela rejeição das contas de Dilma. Questionado pelo presidente do processo de impeachment, ministro Ricardo Lewandowski, o procurador disse ter divulgado em sua rede social comentário sobre uma convocação, que considerou pertinente.



Ânimos exaltados. Senadores discutem no primeiro dia do julgamento do impeachment, marcado por pedidos de suspeição das testemunhas de um lado e de outro

... A sessão de credenciamento foi adiada para dia 18 de agosto da mesma data de todos os dias às 9h30. ...

Figura 3: Ânimos exaltados

Fonte: O Globo, 26 de agosto de 2016 (JUNGBLUT et al., 2016)

Na notícia acima, “Testemunhas viram alvo. No 1º dia do julgamento de Dilma, defesa e acusação levantam suspeitas sobre depoentes”, chama atenção o primeiro parágrafo, que conflui para as conclusões apresentadas neste artigo acerca do esvaziamento político da cobertura ao enfatizar que o debate realizado no julgamento deveria ser técnico e não político – ainda que o jornal também deixe de lado os aspectos técnicos ao longo do período analisado como demonstrado pela análise das variáveis do enquadramento noticioso apresentadas anteriormente: “O primeiro dia do julgamento do impeachment da presidenta afastada, Dilma Rousseff, foi marcado por uma tentativa de politizar ainda mais o processo, esvaziando o debate técnico” (JUNGBLUT et al., 2016).

Considerações finais: a despolitização do golpe

Ao olhar para as variáveis analisadas, é possível perceber que a cobertura jornalística do período em que o congresso nacional trabalhava para a deposição da presidenta Dilma Rousseff foi favorável à sua saída. Essa inferência, no entanto, não advém de dados quantitativamente significativos, mas de um olhar cruzado entre as variáveis. Isso ressalta a importância de uma pesquisa que evite categorias muito amplas, optando pela verificação de minúcias da cobertura, conforme sugerido por Matthes e Kohring (2008). Em suma, nos três jornais analisados, a imprensa favoreceu o impeachment, mesmo sem apoiá-lo enfaticamente. É justamente essa pretensão de neutralidade que estamos chamando aqui de *normalização do golpe*.

Na ausência de crime de responsabilidade, os fatos a serem noticiados estavam no jogo político entre adversários. Assim, a cobertura recorreu aos personagens para protagonizar as histórias (recurso da personalização). Em menos de 15% do corpus, esses personagens estavam associados aos papéis de vítima, vilão ou herói. Esse também é um fator de normalização, na medida em que uniformiza os campos em conflito, como se estivessem em igualdade de disputa e de razões. Dilma Rousseff foi enquadrada em todos os papéis, dependendo do contexto em que a notícia se inseria, mas foi certamente mais abordada como vilã por sua própria incompetência ou como vítima dos seus algozes (estes sim inteligentes e ardilosos para o jogo político), tendo tido pouca chance de ser retratada como heroína que lidera a resistência ao ataque dos adversários.

Por conseguinte, o enquadramento textual noticioso enfatizou o conflito e o jogo político; sem julgamentos morais sobre a conduta de atores e processos, colocando como causa dos conflitos o mundo ordinário da política, o que, em nossa visão, acabou por naturalizar o golpe como impeachment e o impeachment como acontecimento aceitável em uma democracia e especialmente como um evento político corriqueiro como qualquer outra votação política. Por sua vez, o enquadramento visual reforçou a imagem da política como habitada por figuras distantes da sociedade, em situações puramente tecnocráticas sem vínculo com as demandas sociais. Ao contrário do que se imaginava, também as imagens reforçaram uma visão de *politics as usual*, não denotando o caráter extraordinário de um pedido de impeachment.

Esse tipo de cobertura pragmática (ALÆK et al., 2014) favorece o que autores como Wood e Flinders (2014, p. 152) tratam como despolitização, um fenômeno relacionado com o crescimento da desconfiança na democracia. Eles definem despolitização como um movimento de deslocamento da decisão política do centro do sistema político – no sentido de desresponsabilização pela decisão – para outras esferas sociais. Mas não apenas o sistema político se despolitiza; os autores

tratam também da despolitização societal e discursiva. Na primeira, na qual os meios de comunicação atuam juntamente com outros grupos de interesse, assuntos públicos são afastados da agenda de deliberação política. E a despolitização discursiva é operada por *recusa* da contingência (que caracteriza o reino da política), é a disseminação entre os indivíduos de que certos assuntos são *normais* e *naturais* e adesão à lógica de que *não há alternativas*⁷. O resultado desse amplo processo de despolitização é, segundo os autores, alimento para uma cultura democrática desinteressada, abrindo um espaço perigoso para um ambiente antipolítica (ver também VIMIEIRO; MAIA, 2017). Os resultados da pesquisa sobre a cobertura dos três jornais permitem, assim, afirmar que o tom das notícias foi altamente despolitizado, não apresentando o impeachment/golpe como objeto de discussão pública, mas como um fato normal do cotidiano palaciano. A população assistiu aos capítulos de uma novela enfadonha, cujo roteiro já é manjado no noticiário político. Conforme definido pelos autores, “Uma política despolitizada, portanto, apresentaria muito pouco debate sobre as principais questões sociais ou opções políticas ao lado de um cenário político muito estéril em termos de engajamento público e dinamismo social” (WOOD; FLINDERS, 2014, p. 159).

Portanto, o impeachment foi, fundamentalmente, apresentado como legítimo para a população, uma vez que raramente se focava em sua dimensão como ruptura democrática. A cobertura esteve voltada apenas para posicionar os diferentes atores como favoráveis ou contrários ao processo, se ausentando de discutir as polêmicas e consequências negativas que poderiam envolver o processo. Isso fica evidente na variável *recomendações de tratamento*, em que as notícias se posicionaram (11,58% favorável e 6,67% contra) sem a discussão do que isso representava para a democracia. Outra indicação nesse sentido é a confluência entre as variáveis *definição do problema* e *causas do problema* que tem na disputa política sua maior incidência⁸. A grosso modo, o jornalismo brasileiro tratou o problema como sendo político, tendo causas políticas e consequências meramente políticas, não enfatizando impactos na ordem democrática ou mesmo na população.

Assim, temos uma cobertura de tipo pragmática (ABÆK et al., 2014), com teor informativo que se restringiu a registrar os fatos. O fato para os três jornais dizia respeito a um processo de impeachment de uma presidenta sem a presença

⁷ Biroli e Mantovani (2014, p. 204) observam algo similar em relação à cobertura jornalística do processo de corrupção do chamado “mensalão”, também do Partido dos Trabalhadores. Segundo as autoras: “o noticiário é apresentado, por sua vez, como narrativa colada aos fatos e, como tal, não posicionada. O ângulo apresentado como legítimo para a cobertura é naturalizado ao mesmo tempo em que as posições em disputa, que implicariam recortes distintos para a produção do noticiário, são excluídas ou domesticadas como reações aos fatos”.

⁸ A título de curiosidade, fizemos uma verificação inicial de todos os títulos das 2202 matérias e apenas 36 apresentam a palavra golpe. E, em todas, trata-se apenas de ressaltar que determinado ator político considera que é golpe ou não, ou que levanta a tese de golpe.

de crime de responsabilidade. Na medida em que essa ausência de crime não constituiu ao menos um questionamento com discussão sobre suas implicações, os jornais acabaram por tratar o acontecimento, ainda que formalmente de acordo com os princípios gerais que tornam o jornalismo uma referência de realidade, como algo inexorável e indiscutível, portanto sem possibilidade de deliberação. A escolha política reduziu-se a um simples colocar-se a favor ou contra, representada nas notícias pelos posicionamentos dos atores políticos envolvidos, divididos em dois grupos contrários.

Futuras pesquisas e mesmo críticas precisam estar atentas a essa forma de apoiar *implicitamente* certo lado acionada por esse jornalismo dito independente. Esse jornalismo *isentão*, que apenas aparentemente não tomou posição, atuou como normalizador do golpe, o que foi possível demonstrar pela relação entre as variáveis facilitada pelo enquadramento multimodal.

Referências

ABÆK, E.; VAN DALEN, A.; JEBRIL, N.; DE VREESE, C. **Political journalism in comparative perspective**. Cambridge: UP, 2014.

ALBUQUERQUE, A. Em nome do público: jornalismo e política nas entrevistas dos presidentes ao Jornal Nacional. **E-Compós**, Brasília, v. 16, p. 1-23, 2013.

ALDÉ, A.; MENDES, G.; FIGUEIREDO, M. Tomando partido: imprensa e eleições presidenciais em 2006. **Política & Sociedade**, v. 6, n. 10, p. 153-172, 2007.

AZEVEDO, F. A. A imprensa brasileira e o PT: um balanço das coberturas das eleições presidenciais (1989-2006). **Revista Eco-Pós**, v. 12, p. 41-58, 2009.

BIROLI, F.; MANTOVANI, D. A parte que me cabe nesse julgamento: a Folha de S. Paulo na cobertura ao processo do "mensalão". **Opinião Pública**, v. 20, n. 2, p. 204-218, 2014.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2007.

ENTMAN, R. Framing: toward a clarification of a fractured paradigm. **Journal of Communication**, v.43, n.4, 1993.

FERES JÚNIOR, J.; SASSARA, L. O. O cão que nem sempre late: o Grupo Globo e a cobertura das eleições presidenciais de 2014 e 1998. **Revista Compolítica**, v. 6, n. 1, 2016.

GUAZINA, L.; PRIOR, H.; ARAÚJO, B. Enquadramentos de uma crise: o impeachment de Dilma Rousseff em editoriais nacionais e internacionais. In: **Anais do VI Compolítica - Encontro da Associação dos Pesquisadores em Comunicação e Política**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 10 a 12 de maio de 2017.

IGLESIAS, S.; ALENCASTRO, C. Tudo pelo impeachment. **O Globo**, Rio de Janeiro, 12 jun. 2016. País, p. 3.

IYENGAR, Shanto. **Is Anyone Responsible?:** how television frames political issues. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

JUNGBLUT, C. et al. Testemunhas viram alvo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 26 ago. 2016. País, p. 3.

KRIPPENDORFF, K. **Content Analysis: An Introduction to Its Methodology.** Londres: Sage, 2004.

MARQUES, F. P. J. A.; MONT'ALVERNE, C.; MITOZO, I. B.. 'Nem Dilma nem Temer': Um estudo quantitativo sobre padrões de cobertura do impeachment de Dilma Rousseff em editoriais jornalísticos. In: NAPOLITANO, J. C.; VICENTE, M. M., SOARES, M. C. (Org.). **Comunicação e Cidadania Política.** 1ed. Bauru: Editora da UNESP, 2017, v. 1, p. 101-126.

MATTHES, J. KOHRING, M. The Content Analysis of Media Frames: Toward Improving Reliability and Validity. **Journal of Communication**, v. 58, jun. 2008, p. 258-279. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.2008.00384.x>> Acesso em: 11 jul. 2018.

MENDONÇA, R. F.; SIMÕES, P. G. Diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 79, 2012.

MIGUEL, L. F. Mídia e manipulação política no Brasil: a Rede Globo e as eleições presidenciais de 1989 a 1998. **Comunicação & política**, v. 6, n. 2-3, p. 119-138, 1999.

PORTO, M. Enquadramentos da Mídia e Política. In: Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2002, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 2002.

POZOBON, R. O.; SCHAEFER, R. Perspectivas contemporâneas das pesquisas sobre enquadramento. **Revista Interin**, v. 19, n. 1, p. 120-136, 2015.

RIBEIRO, A. P. G. **Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 50.** 2000. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

RIZZOTTO, C.; PRUDENCIO, K. SAMPAIO, R. C. Tudo normal: a despolitização no enquadramento multimodal da cobertura do impeachment de Dilma Rousseff. **Revista Comunicação e Sociedade**, v. 39, n. 3, p. 111-130, 2017.

RIZZOTTO, C. PRUDENCIO, K. Vítima, vilã ou heroína: a imagem de Dilma Rousseff na narrativa do *impeachment*. In: **Anais do VI Compólitica - Encontro da Associação dos Pesquisadores em Comunicação e Política**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 10 a 12 de maio de 2017.

TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo:** porque as notícias são como são. Vol. 1. Florianópolis: Insular, 2004.

VIMIEIRO, A. C.; MAIA, R. C. M. Análise indireta de enquadramentos da mídia. **Revista Famecos**, v.18, n.1, 2011a.

_____. Enquadramentos da mídia e o processo de aprendizado social: transformações na cultura pública sobre o tema da deficiência de 1960 a 2008. **E-Compós**, Brasília, v. 14, p. 1-22, 2011b.

_____. Campanhas cívicas e protestos de torcedores: em análise, a politização do futebol. **Esferas**, v. 1, n. 1, 2017.

WOOD, M; FLINDERS, M. (2014) Rethinking depoliticisation: beyond the governmental. **Policy & Politics**, v. 42, n. 2, p. 151-70. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1332/030557312X655909>> Acesso em: 11 jul. 2018.

WOSNIAK, A.; LÜCK, J.; WESSLER, H. Frame, Stories, and Images: The Advantages of a Multimodal Approach in Comparative Media Content Research on Climate Change. **Environmental Communication**, dez. 2014.

COMPÁ. **Livro de Códigos Enquadramento Multimodal**. Disponível em: <https://bdc.c3sl.ufpr.br/handle/123456789/27> Acesso em: 11 jul. 2018.